Prefeitura Municipal de Parauapebas
Concurso Público – Edital Nº 001/2023

NÍVEL SUPERIOR

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Nome do(a) Candidato(a): _____

Nº de Inscrição: _____

_____
Assinatura

PROVA TIPO **1**	MARQUE O TIPO DE PROVA AO LADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. MARCAÇÃO INCORRETA OU **NÃO MARCAÇÃO** DO TIPO DE PROVA NO **CARTÃO RESPOSTA**, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO, IMPLICANDO NA SUA **ELIMINAÇÃO.**

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta **PROVA**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA,** destinado à marcação das 50 (cinquenta) questões objetivas e o **FORMULÁRIO DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS**, destinado à transcrição definitiva das suas duas respostas.

2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no **CARTÃO RESPOSTA** que você recebeu. Em caso de erros comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda o registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.

3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.

4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho desta prova, a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.

5. Você deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o seu início, e somente poderá retirar-se levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova.

6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como o **FORMULÁRIO DE QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS** é o único documento considerado para a correção das suas respostas.

7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA** e a **transcrição definitiva** para o **FORMULÁRIO DE QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS**, devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. O rascunho não será considerado para efeito de correção e o **Formulário não pode conter sua identificação**.

8. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** e (ou) do **FORMULÁRIO DE QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.

9. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos concluam a prova para assinarem a Ata de Sala e saírem conjuntamente.

10. O **saco plástico recebido para guarda do material** deverá, **obrigatoriamente**, ser colocado embaixo de sua carteira. O **descumprimento** dessa medida, e de outras constantes no Edital do Concurso, e nesta capa de prova, **implicará na sua eliminação**, constituindo tentativa de fraude.

Boa Prova!

CÓPIA

PORTUGUÊS

Preço da cesta básica cai em 16 de 17 capitais pesquisadas pelo Dieese

Porto Alegre foi a capital que apresentou o maior custo

Publicado em 06/09/2023 - 16:57 Por Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O preço da cesta básica de alimentos caiu em 16 capitais no mês de agosto, em comparação a julho. As maiores quedas ocorreram em Natal (5,2%), Salvador (3,3%), Fortaleza (2,8%), João Pessoa (2,7%) e São Paulo (2,7%). A única elevação ocorreu em Brasília, de 0,3%. Os dados, divulgados nesta quarta-feira (6), são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que pesquisa mensalmente o preço da cesta de alimentos em 17 capitais.

A cidade de Porto Alegre foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo, R$ 760,59, seguida de São Paulo, R$ 748,47; Florianópolis R$ 743,94, e Rio de Janeiro, R$ 722,78. Os menores valores foram registrados em Aracaju, R$ 542,67; João Pessoa, R$ 565,07; e Salvador, R$ 575,81.

Comparado ao preço da cesta básica de agosto com o do mesmo mês de 2022, houve queda em nove capitais, com variações que oscilaram entre 5,24%, em Vitória, e 0,08%, em Curitiba. A elevação nos preços foram apresentados em oito cidades, com destaque para Fortaleza, com 2,50%; Porto Alegre, 1,67%, e Belo Horizonte, com 1,23%.

No acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto, o custo da cesta básica caiu em 12 capitais, com destaque para Vitória, com queda de 9,32%; Goiânia, 8,96%; Belo Horizonte, queda de 7,22%, e Campo Grande, 7,06%. Os maiores percentuais foram registrados em Aracaju, com alta de 4,15%, e Recife, 2,77%.

[...]

(PREÇO DA CESTA BÁSICA. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-09/preco-da-cesta-basica-cai-em-16-de-17-capitais-pesquisadas-pelo-dieese. Acesso em: 09 de outubro de 2023).

01 A partir das informações apresentadas no texto, é correto afirmar que

(A) a queda no preço da cesta básica, referente ao mês de agosto, em comparação ao mês de julho, fez com que esta atingisse seu menor valor no ano de 2023, em 17 capitais.

(B) das dezessete localidades pesquisadas, oito delas apresentaram elevação nos preços, na comparação entre o preço da cesta básica em agosto de 2023 e seu preço em agosto de 2022.

(C) em agosto de 2023, o preço da cesta básica em João Pessoa estava menor do que em Aracaju.

(D) no mês de agosto de 2023, em comparação a julho do mesmo ano, o custo da cesta básica caiu em 12 capitais, com destaque para Vitória.

02 No título “Preço da cesta básica cai em 16 de 17 capitais [...]”, o verbo é flexionado

(A) no tempo passado, mas remete a um evento no presente.

(B) no tempo presente, mas remete a um evento no futuro.

(C) no tempo futuro, mas remete a um evento no presente.

(D) no tempo presente, mas remete a um evento no passado.

03 No trecho “A elevação nos preços foram apresentados em oito cidades [...]”, ocorrem

(A) um desvio de concordância verbal e outro de concordância nominal, respectivamente.

(B) um desvio de regência nominal e outro de regência verbal, respectivamente.

(C) um desvio de regência verbal e outro de concordância nominal, respectivamente.

(D) dois desvios de regência verbal.

CÓPIA

04 Sobre o trecho “No acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto, o custo da cesta básica caiu em 12 capitais [...]”, é correto afirmar que

(A) a ordem do constituinte “no acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto” poderia ser alterada para o final da oração, mas haveria mudança de sentido no enunciado.

(B) a ordem do constituinte “no acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto” poderia ser alterada para o final da oração, sem que houvesse mudança de sentido no enunciado.

(C) a ordem do constituinte “o custo da cesta básica” não poderia ser alterada para o início do trecho citado, pois tal constituinte não poderia ser separado do verbo com que concorda.

(D) a ordem do constituinte “o custo da cesta básica” poderia ser alterada para o início do trecho citado, mas haveria mudança de sentido no enunciado.

TEXTO BASE PARA AS QUESTÕES DE 05 A 07.

CESTA BÁSICA APONTA REDUÇÃO

J. BOSCO/O LIBERAL. Disponível em: https://www.oliberal.com/charges/cesta-basica-aponta-reducao-1.718299 . Acesso em: 09 de outubro de 2023.

05 Com base nos elementos constitutivos do texto, observa-se a utilização de uma certa figura de linguagem, que decorre da relação estabelecida entre imagens e palavras presentes no texto. A alternativa em que consta uma correta associação entre a figura de linguagem que permeia o texto e sua definição é:

(A) hipérbole, em que se exagera uma ideia, conferindo-lhe um valor mais expressivo. No caso do texto em questão, há um exagero na afirmação de que a “cesta básica aponta redução”, sendo que as imagens no texto reforçam essa ideia.

(B) sinestesia, em que se observa um encontro de diferentes sensações, mobilizando diferentes órgãos dos sentidos; combinação de sensações diferentes em uma só impressão, o que é ilustrado no texto por meio do termo “força” (representando o tato), em sua relação com a expressão facial do personagem masculino ilustrado no texto (representando a visão).

(C) ironia, provocada pelo caráter ambíguo que o termo “redução” assume (redução no preço da cesta básica *versus* redução em seu tamanho), de modo que o título da charge aponta para um sentido oposto (diminuição no preço da cesta básica) àquele apresentado nas imagens que constituem o texto (diminuição no carrinho de compras, que representa a cesta básica).

(D) eufemismo, em que se suaviza o discurso de que houve uma diminuição no tamanho da cesta básica, buscando tornar tal informação mais agradável, menos pesada, o que é reforçado pela presença do carrinho de compras em tamanho reduzido, ilustrado no texto.

06 Com base nos elementos verbais e visuais constitutivos do texto, a opção que estaria mais diretamente ligada à criação do efeito humorístico corresponde à relação estabelecida entre

(A) a expressão facial do pai da garotinha e o termo “quebrar”.

(B) a expressão facial da garotinha e o referente “carrinho de brinquedo”.

(C) a palavra “redução” e a imagem do carrinho de brinquedo.

(D) o vocábulo “redução” e o termo “aponta”.

07 Em “Papai, não faça muita força <u>para não quebrar meu carrinho de brinquedo</u>”, a oração destacada introduz uma
(A) causa/explicação relativa ao conteúdo anteriormente enunciado.
(B) oposição/contrariedade em relação ao conteúdo anteriormente enunciado.
(C) concessão/permissão relativa ao conteúdo anteriormente enunciado.
(D) condição/possibilidade relativa ao conteúdo anteriormente enunciado.

TEXTO BASE PARA AS QUESTÕES DE 08 A 10.

TODA SEXTA TEM CESTA. Disponível em: https://www.facebook.com/lasallenb/photos/o-projeto-toda-sexta-tem-cesta-realizado-por-nossa-pastoral-consiste-na-doa%C3%A7%C3%A3o-d/1053877924759149/. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

08 O texto acima veicula uma campanha de arrecadação de alimentos e outros itens para serem doados a uma creche. Com o propósito de chamar atenção para o objetivo da campanha, utiliza-se um recurso linguístico, o qual está ligado a um
(A) efeito de redundância, em que são empregadas palavras equivalentes semanticamente.
(B) efeito de contradição, em que palavras semanticamente antagônicas são empregadas, a fim de chamar a atenção do público leitor.
(C) uso ambíguo de palavras, as quais podem ser interpretadas de mais de uma maneira, gerando um efeito humorístico.
(D) uso de uma espécie de “trocadilho”, envolvendo o emprego de palavras com sons correspondentes e significados diferentes.

09 No trecho “Traga alimentos, itens de higiene pessoal e material de limpeza”, a alternativa em que consta uma correta associação entre o tipo textual empregado no trecho e sua conceituação é
(A) tipo textual narrativo, pelo uso de verbo no tempo passado, em que se narra um determinado evento.
(B) tipo textual descritivo, em que são apresentadas propriedades, qualidades, características de um dado referente.
(C) tipo textual injuntivo, em que se emprega o verbo no modo imperativo, evocando o leitor a realizar uma ação.
(D) tipo textual expositivo, em que se conceitua um dado referente, detalhando suas particularidades.

10 No enunciado “A creche Santa Clara precisa de sua doação”, é correto afirmar que se utiliza a figura de linguagem
(A) metonímia, em que “a creche Santa Clara” apresenta uma relação de contiguidade com o referente que representa no enunciado.
(B) comparação, em que “a creche Santa Clara” é comparada figurativamente ao referente a que faz alusão no enunciado.
(C) catacrese, em que “a creche Santa Clara” é um termo “emprestado”, utilizado em lugar de outro, dada a inexistência de uma expressão mais apropriada para o contexto em questão.
(D) perífrase ou antonomásia, em que “a creche Santa Clara” é um tipo de “apelido” dado ao termo que designa, a fim de conferir a este um maior valor expressivo.

COPY

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

AS QUESTÕES DE 11 a 20 REFEREM-SE AO RJU DE PARAUAPEBAS

11 Sobre a licença para tratar de interesse particular, concedida ao servidor estável, considere as afirmativas abaixo.

I – A licença será negada quando o afastamento do servidor for inconveniente ao interesse da Administração.

II – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou por interesse da Administração.

III – O requerente aguardará, em exercício ou não, a concessão da licença, sob pena de demissão por abandono de cargo.

É correto o que se afirma em:

(A) II e III.
(B) I, II e III.
(C) I e II.
(D) III, apenas.

12 O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão avaliadas para o desempenho do cargo, observado o fator

(A) competitividade.
(B) empreendedorismo.
(C) individualismo.
(D) capacidade de iniciativa.

13 O ato pelo qual o servidor passa a ter exercício em outro órgão da administração municipal, no âmbito do mesmo quadro de pessoal, denomina-se

(A) remoção.
(B) readaptação.
(C) promoção.
(D) redistribuição.

14 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será colocado em

(A) indisponibilidade, com remuneração parcial suspensa.
(B) disponibilidade, com percebimento de dez por cento da remuneração.
(C) indisponibilidade, com remuneração integral.
(D) disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

15 O estágio probatório do servidor público de Parauapebas será suspendo no período em que o servidor encontrar-se no(s) seguinte(s) caso(s).

I – afastamento para o exercício de cargo em comissão no Município.

II – afastamento para exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, ressalvada a hipótese de acumulação do cargo com um mandato.

III – afastamento para ocupar o cargo de Secretário Municipal ou a ele equiparado.

É correto o que se afirma em:

(A) I e II, apenas
(B) I, II e III.
(C) II e III, apenas.
(D) III, apenas.

16 Em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda 6 (seis) horas, conceder-se-á um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será de,
(A) no máximo, de uma 1 (uma) hora, podendo exceder em casos excepcionais e mediante autorização expressa.
(B) no mínimo, de 2 (duas) horas, não podendo exceder de 3 (três) horas.
(C) no mínimo, de meia hora, não podendo exceder de 1 (uma) hora.
(D) no mínimo, de uma 1 (uma) hora, não podendo exceder de 2 (duas) horas.

17 Salvo quando se tratar de função de confiança e livre escolha, é vedado ao servidor do Município de Parauapebas trabalhar sob chefia imediata de
(A) parentela por afinidade em qualquer grau.
(B) parente até primeiro grau.
(C) parente até segundo grau.
(D) parente colateral até o quarto grau.

18 A investidura do servidor, em cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica, denomina-se
(A) promoção.
(B) readaptação.
(C) nomeação.
(D) reversão.

19 A investidura em cargo público de provimento efetivo será feita mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo. Sobre o concurso público, é correto afirmar que
(A) não se abrirá novo concurso público enquanto a ocupação do cargo puder ser feita por servidor em disponibilidade ou por candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade ainda não expirado.
(B) a Lei Municipal referente ao concurso público estabelecerá os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, independentemente de ordem de classificação e possibilidade de nomeação.
(C) o concurso público terá validade de até 03 (três) anos, prorrogáveis, uma vez, por período máximo de dois anos.
(D) a aprovação em concurso já cria direitos à nomeação do candidato aprovado, mas esta, quando se der, far-se-á em ordem rigorosa de classificação dos candidatos, independentemente de inspeção médica oficial.

20 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservado
(A) 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
(B) 3% (três por cento) das vagas oferecidas no concurso.
(C) 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.
(D) 1% (um por cento) das vagas oferecidas no concurso.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21 No sistema operacional multitarefa Windows 10, versão 1903 ou posterior, para pausar a atualização do sistema operacional, o usuário pode selecionar o menu Iniciar > Configurações > atualização & segurança >Windows Update. Neste caso, a pausa padrão é de
(A) 3 dias.
(B) 7 dias.
(C) 10 dias.
(D) 30 dias.

22 No buscador Microsoft Bing, ao realizar a busca por cpf | gov.br, serão filtradas
(A) somente as páginas do domínio gov.br que tenham algum conteúdo relacionado ao assunto cpf.
(B) as páginas que tenham algum conteúdo relacionado ao assunto cpf menos as páginas do domínio gov.br.
(C) somente as páginas do domínio gov.br que não tenham conteúdo relacionado ao assunto cpf.
(D) as páginas que tenham algum conteúdo relacionado ao assunto cpf ou do domínio gov.br.

23 No programa Microsoft Word 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows, as seguintes opções são funções do menu Exibir:
(A) Modo de Leitura, Rascunho e Margens.
(B) Margens, Orientação e Layout de Impressão.
(C) Rascunho, Layout de Impressão e Modo de Leitura.
(D) Modo de leitura, Rascunho, Sumário.

24 Sobre o armazenamento em nuvem, é correto afirmar que é um serviço de computação que
(A) permite armazenar arquivos na Internet por meio de um provedor de computação em nuvem que pode ser acessado usando a Internet ou uma conexão de rede privada dedicada.
(B) pode ser do tipo nuvem pública, nuvem comprimida e nuvem homogênea.
(C) é utilizado para verificar a existência de vírus nos arquivos armazenados no computador pessoal.
(D) provê a comunicação sem fio entre dispositivos móveis por meio de um provedor de computação em nuvem.

25 Sobre os tipos de extensões de arquivos, é correto afirmar que
(A) .docx é uma extensão de arquivo do tipo texto que pode ser editado utilizando o software livre Microsoft Word.
(B) .pdf é uma extensão de arquivo do tipo texto que pode ser editado utilizando o software livre Adobe Acrobat Pro.
(C) .xlsx é uma extensão de arquivo do tipo texto que pode ser editado utilizando o software livre Microsoft Excel.
(D) .odt é uma extensão de arquivo do tipo texto que pode ser editado utilizando o software livre LibreOffice Writer.

ATUALIDADES

26 Pesquisadores da Universidade de São Paulo chamam a atenção para o aquecimento global, advertindo que a atmosfera terrestre está ficando com uma quantidade maior de energia e uma das maneiras do sistema climático dissipar essa energia é através do aumento de eventos climáticos extremos. Uma das consequências deste fato é a(o)
(A) maior vulnerabilidade da população mais pobre e periférica.
(B) multiplicação da produção de alimentos transgênicos.
(C) impacto econômico similar em todas as camadas mais ricas da população.
(D) diminuição da produção de carne na região saariana.

27 Uma das medidas recentes do Governo Federal em relação à crise da segurança no Estado do Rio de Janeiro é a(o)
(A) ampliação do valor do Auxílio Reclusão.
(B) envio de tropas da Força Nacional.
(C) intervenção no governo do estado.
(D) bloqueio nas favelas próximas ao centro da cidade.

28 Realizado em setembro, no Centro Cultural de Parauapebas, o Festival Dança Carajás 2023, foi interrompido pela Prefeitura do Município em decorrência de
(A) confusão generalizada na plateia.
(B) presença de homens armados.
(C) suspeita de distribuição de drogas.
(D) cena de nudez durante uma apresentação.

CÓPIA

29 Na segunda semana do mês de outubro de 2023, um fato relevante exigiu um posicionamento imediato por parte das gigantes Google, Amazon e Microsoft. Isto se deu por causa da(do)
(A) descoberta de que as três gigantes se preparavam para uma fusão.
(B) investigação do Congresso americano sobre venda de informações privadas.
(C) acusação de roubo de dados de autoridades chinesas e russas.
(D) maior ataque hacker do tipo de negação de serviços já percebido na internet.

30 No meio da polêmica entre a dependência econômica em relação à energia baseada em combustíveis fósseis e a necessidade de proteção do meio ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em setembro deste ano, resolveu
(A) suspender, por tempo indeterminado, a exploração de petróleo na margem meridional.
(B) promover audiência pública sobre a energia baseada em recursos renováveis.
(C) emitir primeira licença para atividades petrolíferas na margem equatorial.
(D) proibir, definitivamente, a exploração de petróleo na costa do Amapá e do Pará.

ESPECÍFICAS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

31 Para que o Poder Público execute a política nacional das relações de consumo, há necessidade da utilização de alguns instrumentos, que estão previstos no Código de Defesa do Consumidor, dentre os quais a
(A) manutenção de assistência jurídico-contábil para todo e qualquer cidadão.
(B) instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos do superendividamento.
(C) utilização das Delegacias de Polícia Civil de cada estado da federação para o atendimento das vítimas de infrações penais relacionadas ao consumo.
(D) racionalização e melhorias dos serviços públicos dos Tribunais de Justiça de cada estado da federação.

32 Determinado consumidor adquiriu um bem móvel de uma loja do município de Parauapebas. Ao receber o bem em sua residência, verificou que apresentava defeito. Em função de a loja apresentar resistência em trocar o bem, ou mesmo desfazer o negócio, o consumidor se viu obrigado a acionar o Código de Defesa do Consumidor para garantir seus direitos. Nesse caso, o direito básico desse consumidor a ser acionado, conforme o Código de Defesa do Consumidor, é
(A) a educação e divulgação sobre o consumo adequado do bem adquirido.
(B) o acesso aos órgãos administrativos do fornecedor com vistas à reclamação de danos patrimoniais e morais.
(C) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais, individuais, coletivas e difusas.
(D) a adequada e eficaz prestação dos serviços prestados pelos fornecedores em geral.

33 A empresa Comercial Tudo de Casa Ltda. vende variados tipos de produtos de utilidades domésticas. Numa de suas vendas, o consumidor solicitou cancelamento da transação com devolução do valor pago, por constatar que o produto não atendia às especificações descritas no manual que o acompanhava. Como não foi constatado defeito no produto, nem foi possível identificar o fabricante, a Comercial Tudo de Casa Ltda., de acordo com o Código de Defesa do Consumidor,
(A) não tem a obrigatoriedade de cancelar a transação, pois não há defeito no produto.
(B) não tem responsabilidade por especificações contidas nos manuais dos produtos.
(C) tem a responsabilidade parcial por inserir informações do produto que esteja sob sua responsabilidade.
(D) tem a obrigatoriedade de atender o pleito do consumidor, tendo em vista a impossibilidade de identificar o fabricante.

CÓPIA

34 Um consumidor adquiriu um produto de consumo durável, novo, junto a fornecedor legalmente autorizado a exercer sua atividade comercial. Após usar o produto por um período de duas semanas, verificou vícios de funcionalidade do produto. Após essa constatação, procurou imediatamente o vendedor, que propôs como solução a troca imediata de algumas peças. Após as referidas trocas, o consumidor verificou que as peças substitutas acabavam por diminuir o valor do produto. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor,
(A) o consumidor tem como única opção a troca do produto, mesmo que isso resulte em pagamento da diferença de preço.
(B) o fornecedor pode restituir o valor pago pelo consumidor, porém mediante o agendamento, que não deve ultrapassar trinta dias.
(C) o consumidor tem direito a abatimento proporcional do preço.
(D) o fornecedor, por iniciativa unilateral, poderá substituir o produto por outro de espécie, marca ou modelo diversos, desde que o produto seja de valor igual ou inferior ao produto com defeito.

35 A prefeitura de Parauapebas, após processo licitatório, adquiriu biscoito para consumo nas escolas do município. Após receber os pacotes do produto, verificou que estavam com peso menor do que havia contratado. Tratando-se especificamente de produto não durável, como no caso de biscoitos, a constatação de vício oculto, segundo o Código de Defesa do Consumidor, tem a previsão de que
(A) o direito de reclamar caduca em 30 dias.
(B) o direito de reclamar caduca em 90 dias.
(C) inicia-se o prazo decadencial a partir da entrega do produto.
(D) inicia-se o prazo decadencial no momento em que ficar evidenciado o defeito.

36 O Sr. José Mineiro adquiriu um armário modulado para sua cozinha junto à empresa Modulados Ltda., de propriedade de João Manoel e de Manoel João. Para a realização da transação comercial, foi assinado um contrato que previa os direitos e responsabilidades das partes. O cliente, Sr. José Mineiro, pagou 50% do valor total como entrada e ficou acertado que pagaria o restante na entrega do armário. No entanto, antes de concluir o serviço, a Modulados Ltda. anunciou sua descontinuidade, em função de sua incapacidade de solvência junto a seus credores. Nesse caso, segundo o Código de Defesa do Consumidor,
(A) o cliente poderá receber o ressarcimento de seu pagamento a partir do recebimento pelas vendas dos bens da Modulados Ltda., decretadas por um juiz.
(B) o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da Modulados Ltda. para responsabilizar seus sócios.
(C) esse tipo de empresa responderá apenas por culpa.
(D) o cliente deverá receber o ressarcimento de seu pagamento, prioritariamente, em relação aos demais credores da Modulados Ltda.

37 A Lei nº 14.181/2021 dispõe, dentre outras, sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. De acordo com essa Lei,
(A) pode-se considerar superendividada a pessoa física ou jurídica que apresenta impossibilidade manifesta de pagar a totalidade de suas dívidas de consumo.
(B) pode-se considerar superendividada pessoa física ou jurídica que apresenta impossibilidade de pagar suas dívidas tributárias e de consumo.
(C) a impossibilidade manifesta de pagar a totalidade de suas dívidas de consumo de produtos de luxo exigíveis, por pessoa natural, de boa-fé, sem comprometer seu mínimo existencial, enquadra-se no conceito de superendividamento.
(D) a impossibilidade manifesta de pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, enquadra-se no conceito de superendividamento.

CÓPIA

38 A empresa Digital & Cia. Ltda. vende componentes eletrônicos para notebooks e importa exclusivamente do fabricante Web3. Além desse serviço, a empresa também realiza serviços de manutenção de notebooks. O fabricante anunciou a descontinuidade na fabricação do componente SEMR, principal produto vendido pela Digital & Cia. Ltda, sem a possibilidade de desenvolver qualquer componente similar. Ocorre que a Digital possui estoque limitado dos referidos componentes. Nesse caso, segundo o que preceitua o Código de Defesa do Consumidor, no tocante à oferta nas práticas comerciais,
(A) a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, mesmo depois de cessada a produção.
(B) a oferta deverá ser mantida até que o estoque do vendedor seja finalizado.
(C) o vendedor tem total responsabilidade perante seus clientes.
(D) o fabricante tem total responsabilidade perante os clientes da vendedora.

39 A Lei nº 8.078/1990, conhecida como o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 30, versa sobre a oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Considerando especificamente esta temática, é correto afirmar que, para que haja a incidência da vinculação, é necessário que a oferta
(A) tenha o máximo de precisão, ou seja, que possua a clareza máxima para permitir o entendimento perfeito do consumidor.
(B) tenha o mínimo de precisão, ou seja, que possua a clareza mínima que permita o entendimento do consumidor.
(C) seja suficientemente precisa, ou seja, que possua a clareza capaz de permitir o entendimento do consumidor.
(D) tenha uma precisão moderada, objetivando produzir clareza capaz de permitir o entendimento do consumidor.

40 O Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 37, diz que é proibida a publicidade enganosa e abusiva. De acordo com este artigo, publicidade abusiva é aquela
(A) inteira ou parcialmente falsa.
(B) que incite à violência, explore o medo ou a superstição.
(C) capaz de induzir ao erro o consumidor, a respeito da natureza e características de um produto.
(D) que divulga crenças e religiões.

41 Usando de estratégia para aumentar a venda de determinado produto, foram omitidas de seu rótulo algumas informações de elementos que, se consumidos em excesso, poderiam comprometer a saúde do consumidor. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, esta prática pode ser considerada uma publicidade
(A) normal, pois não existe a obrigatoriedade legal para este tipo de informação.
(B) abusiva, pois está colocando em risco a saúde dos consumidores.
(C) comercial, pois faz parte das estratégias de marketing do mercado.
(D) enganosa, pois está omitindo um dado essencial do produto.

42 A empresa comercial Olho por olho Ltda., num processo de cobrança de dívidas a um de seus clientes, fez uso de ameaça, coação e constrangimento moral. O cliente, por sua vez, fez uma denúncia ao órgão fiscalizador competente. Para casos como o da Comercial Olho por olho Ltda, o Código de Defesa do Consumidor prevê uma pena de detenção de
(A) dois meses a um ano ou multa.
(B) três meses a um ano e multa.
(C) seis meses a um ano ou multa.
(D) um ano a dois anos e multa.

CÓPIA

43 Uma prática comum e, até certo ponto, estratégica para o mercado é manter um banco de dados de consumidores, pois, assim, facilita pensar estratégias de marketing específicas para cada público de acordo com suas características de consumo. Nesse sentido, de acordo com o Código do Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
(A) é facultativo o acesso do consumidor às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.
(B) os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado, ou seja, nem todo mundo tem acesso.
(C) a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
(D) os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos e claros, porém, por questão estratégica de mercado e de marketing, podem-se alterar algumas informações como sexo e idade, desde que não causem prejuízos ao estabelecimento comercial e ao cliente.

44 Determinado consumidor realizou uma compra via telefone, no entanto, após 5 dias do recebimento do produto, o consumidor refletiu e decidiu devolver o produto, isto é, desistiu do contrato. Nesse sentido, de acordo com a seção do Código de Defesa do Consumidor que trata da proteção contratual, o consumidor exercerá o direito de
(A) receber, de imediato e monetariamente atualizados, os valores eventualmente pagos, a qualquer título.
(B) receber, num prazo não superior a 30 dias e monetariamente atualizados, os valores eventualmente pagos, a qualquer título.
(C) receber, num prazo não superior a 30 dias e monetariamente atualizados, 50% dos valores eventualmente pagos, a qualquer título.
(D) receber, de imediato e monetariamente atualizados, 70% dos valores eventualmente pagos, a qualquer título.

45 O art. 51 do Código de Defesa do Consumidor faz referência às chamadas cláusulas contratuais abusivas, relativas ao fornecimento de produtos e serviços. Nesse contexto, pode-se dizer que, de acordo com o citado artigo, NÃO é considerada uma cláusula abusiva aquela que
(A) permita ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral.
(B) autorize o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;
(C) autorize o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração.
(D) permita ao fornecedor delegar ao consumidor os custos de entrega do produto (frete).

46 "É aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo". Este conceito, previsto no Código de Defesa do Consumidor, refere-se ao
(A) contrato de crédito.
(B) contrato de adesão.
(C) pré-contrato.
(D) contrato social.

CÓPIA

47 De acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas. Nesse sentido, o princípio da adequação refere-se à
(A) compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
(B) garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
(C) garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
(D) utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

48 Considerando o que dispõe o Decreto Municipal de nº 186/2003, sobre o procedimento administrativo no âmbito do Procon do Município de Parauapebas, em relação às informações que devem conter no auto de infração, é correto afirmar que
(A) os autos deverão, para comprovação de infração, ser acompanhados obrigatoriamente por laudo pericial.
(B) deverá constar, no auto de infração, dentre outros, a descrição do fato ou do ato constitutivo da infração e o dispositivo legal infringido.
(C) a verificação do defeito ou vício relativo à qualidade, oferta e apresentação do produto será obrigatoriamente acompanhado de laudo pericial.
(D) deverá constar, no auto de infração, dentre outros, a determinação da exigência e intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo máximo de um mês, a contar da data do auto.

49 A partir da Lei Municipal n° 1.507/1994, fica instituído o Programa Municipal de Proteção ao Consumidor - PROCON, com o objetivo de elaborar, planejar, coordenar, executar e fiscalizar a Política de Defesa ao Consumidor do Município de Parauapebas. Quanto à contratação e remuneração de pessoal para exercer atividades no PROCON do município de Parauapebas, é correto afirmar que
(A) é vetada qualquer contratação de pessoal sem a autorização do Órgão Colegiado, sendo que a necessidade de contratação deverá ser comprovada.
(B) todas as funções que prevejam trabalho remunerado serão exercidas por servidores públicos municipais, cedidos pelo Executivo Municipal, ficando o PROCON responsável pelos eventuais ônus ou despesas.
(C) o PROCON, existindo dificuldades de remuneração do seu pessoal, poderá fazer uso do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para suprir tais necessidades.
(D) Os Membros do Conselho Municipal de Proteção ao consumidor serão remunerados de acordo com sua disponibilidade de carga horária para o exercício da função.

50 A O Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, no seu capítulo III, dispõe sobre a fiscalização, as práticas infrativas e as penalidades administrativas das relações de consumo. Referente ao que consta nesse capítulo, NÃO é considerada uma prática infrativa colocar no mercado de consumo qualquer produto ou serviço
(A) em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Conmetro.
(B) que acarrete riscos à saúde ou à segurança dos consumidores e sem informações ostensivas e adequadas, inclusive no caso de oferta ou de aquisição de produto ou serviço por meio de provedor de aplicação.
(C) sem uma prévia pesquisa de mercado, realizada por uma empresa credenciada nos órgãos competentes, levando-se em consideração a aceitação do produto ou serviço no mercado e sua demanda.
(D) em desacordo com as indicações constantes no recipiente da embalagem, da rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

COPIA

QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

ATENÇÃO: *O espaço abaixo é para **rascunho**, suas respostas definitivas deverão ser, obrigatoriamente, transcritas para o **FORMULÁRIO DE QUESTÕES ANALÍTICO DISCURSIVAS,** fornecido especificamente para esse fim; O **Formulário**, em hipótese alguma, poderá ter sua identificação e, nele, textos rasurados, escritos a lápis ou com letra ilegível **NÃO** serão considerados.*

QUESTÃO 01: Sabe-se que a Administração Pública brasileira é pautada por valores ou finalidades, que representam princípios inegociáveis para todo e qualquer servidor público. Conceitue dois princípios da Administração Pública, contextualizando suas finalidades e exemplificando suas aplicabilidades.

RASCUNHO DA RESPOSTA – Transfira resposta definitiva para o Formulário Próprio.	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 02: A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo. Para atingir esses objetivos, o Código de Defesa do Consumidor traz, em seu texto, os chamados princípios basilares dos contratos de consumo. Cite dois desses princípios e estabeleça limites entre contratante e contratado.

RASCUNHO DA RESPOSTA – Transfira resposta definitiva para o Formulário Próprio.	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

CÓPIA